



CARTA MENSAL

Colégio Brasileiro de Genealogia

Ano XXXI - Nº 140 - Jan/Fev 2018

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

- **Assembleia Geral Ordinária** – O CBG convocará sua AGO para o dia 24 de abril próximo, terça-feira, no edifício do IHGB, em 1ª Convocação às 13h, e, em 2ª, às 14h, para **eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal**, e para tratar de outros assuntos, como a aprovação do relatório de atividades, do balanço e das contas e a definição dos valores de anuidade e joia para o ano de 2018. O CBG também expedirá ato definindo o processo e os prazos para inscrição de chapas.

NOTÍCIAS DO CBG

- **Posse dos novos Titulares** – **Maria Lucia Machens** e **Paulo Stuck Moraes**, eleitos Titulares em novembro último, assumiram suas Cadeiras em 23 de março. Os novos titulares **Gustavo Almeida Magalhães de Lemos** e **Vera Lucia Bottrel Tostes** tomarão posse em breve. Os discursos proferidos por ocasião das posses serão publicados pela Carta Mensal em próximo número.
- **Telefone** – 21 2509 5381 é o número do novo telefone do CBG. Ele recebe chamadas e tem serviço de Internet, mas não pode fazer chamadas.
- **Anuidade** – A AGO do CBG realizada em 11/06/2017, fixou em R\$ 140,00 o valor de anuidade para o ano de 2017. Esta mesma AGE definiu o valor da joia para os novos associados em R\$ 125,00. O CBG pede aos associados que não receberam pelo Correio ou tiveram seu boleto extraviado, que entrem em contato com a Tesoureira Maria Lucia Machens através do e-mail: tesou1@cbg.org.br.

ASSOCIADOS SÃO NOTÍCIA

Jubileu de Ouro do IPGH

O **Instituto Paraibano de Genealogia e Heráldica – IPGH**, completou seu cinquentenário em 19/11/1967. Dentre os seus associados destacam-se **Teldson Douetts Sarmiento**, atual presidente, e **Adauto Ramos**, que exerceu a presidência por seis vezes, ambos associados do CBG, tal como o próprio IPGH. Dentre os eventos que comemoraram essa data estão o II Encontro Nordeste de Genealogia – Apontamentos sobre a Genealogia da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco e Alagoas, realizado em 3 e 4/02; a sessão comemorativa conjunta da Assembleia Legislativa da Paraíba e da Câmara Municipal de João Pessoa, ocorrida em 24/11; bem como, na mesma data, a Assembleia Solene do Jubileu de Ouro. No jornal A União, de João Pessoa, de 2/12/ 2017, o jornalista Thomas Bruno Oliveira traduz as justas homenagens ao IPGH pela passagem da data.

Rui Vieira da Cunha publicou no Jornal do Commercio do domingo 19/02/1956 (pág. 4) o artigo *A Fortuna do Barão de Albuquerque*. A Carta Mensal apresenta a seguir a primeira parte do artigo, compreendendo as três seções iniciais.

(http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_14&PagFis=35925&Pesq=A%20Fortuna%20do%20Bar%C3%A3o%20e%20Albuquerque)

Segundo o associado **Pedro Auler**, responsável pela transcrição do artigo, e por acréscimos esclarecedores ao texto, "O artigo de Rui Vieira da Cunha é muito interessante porque, além de analisar a chamada nobreza brasileira, permite traçar um esboço da descendência do Visconde de Albuquerque".

Rui Vieira da Cunha nasceu em Castelo, Espírito Santo, em 12/06/1926, filho do também escritor e historiador dr. **Ciro Vieira da Cunha** e de **Ilca Vieira da Cunha** (nascida **Assis Ribeiro**), tendo sido casado com **Cenilde Lock Vieira da Cunha** Faleceu em 1/10/2003. Foi sócio Fundador e Titular do CBG.

Fotografia e Armas do Barão de Albuquerque acrescentadas pela Carta Mensal, obtidas em https://pt.wikipedia.org/wiki/Manuel_Artur_de_Holanda_Cavalcanti_de_Albuquerque.

1ª Parte

As circunstâncias específicas inerentes à colonização americana impediram o florescimento local da 'nobreza velha, caduca e odiosa a certos países europeus(1).

Assim, já no Brasil-Colônia, sofriam os antigos preceitos nobiliárquicos derrogações impostas pela nova ambiência(2), alterando-se, por vezes substancialmente, o conteúdo de primitivas fórmulas, cuja conservação implicava, de fato, a afirmação de novas realidades(3).

Tal evolução abocou, com a Independência, na nobreza imperial, que, a par da continuidade refletida pelo acolhimento da anterior gradação, estava marcada pelo precípua caráter de mera honraria. Dessa forma, os títulos nobiliárquicos outorgados no Império careciam de qualquer concretização territorial, além de serem apenas vitalícios, não se transmitindo por via sucessória(4). Enquadravam-se, à perfeição, pois, na sociedade monárquica brasileira, na qual a 'aristocracia era nominal, ou então de posição(5).

É vezo antigo, porém, desfechar ataques contra o quadro geral de titulares do Império, fato que vem desde os primórdios de sua constituição. Evaristo da Veiga, com vistas aos agraciados pelo primeiro Imperador, falava de 'nobreza ridícula com bem poucas exceções', 'aristocracia inteiramente gótica', contrapondo-se, com 'um peão, plebeu de quatro costados', a 'um fidalgo desses que o Sr. D. Pedro I enfiou nas suas listas de despachos, em horas de bom humor!(6). Por volta de um decênio e meio depois, Sales Tôrres Homem, ainda Timandro [nota de P. A.: pseudônimo de Francisco de Salles Torres Homem] não convertido em Visconde de Inhomirim, crismava-os de 'aristocracia de chinelos, alimentada pelo orçamento e cujos brasões heráldicos o povo não podia contemplar sem rir'(7).

(1) Enrique de Gandia, *Historia de America*, in G. H. Wells, *Esquema de La Historia Universal*, tomo II, pg. 631, Buenos Aires, 1947.

(2) Algumas breves considerações, quanto á relação nobreza-comércio, em nosso *Atividades Oficiais da Casa Velha da Silva*, in *Jornal do Commercio*, de 26-9-1954.

(3) Exame exemplar de um aspecto do problema foi efetuado por Henrique Oscar Wiederspahn. *A Evolução da Nobreza Cavalleiresca e Militar Luso-Brasileira desde o Descobrimto até a República*, in *Boletim do Colégio de Armas e Consulta Heráldica do Brasil*, nº 1, pag. 33 42, Rio, 1955.

(4) Sebastião Pagano, *Prefácio a Carvalho Franco, Nobiliário Colonial*, 2ª ed., pgs. 7 e 8, S. Paulo, s/d.

(5) Oliveira Lima, *O Império Brasileiro – 1822-1889*, pg. 248, S. Paulo, 1927. Cabe, de logo, lembrar a diferença entre nobreza, fidalguia e aristocracia – cf. Jacinto d'Andrade Albuquerque e Bettencourt, *Nobreza de Portugal*, in *Revista do Instituto de Estudos Genealógicos*, nº 1, pg. 190, S. Paulo, 1937. Para o conceito de aristocracia, também Emilio Willems, *Dicionário de Sociologia*, s/verbete, pgs. 7 e 8. Porto Alegre, 1950.

(6) Otávio Tarquínio de Sousa, *Evaristo da Veiga*, pgs. 180 e 226, S. Paulo, 1939.

(7) Oliveira Lima, op. cit., pg. 246.

Amortecida as paixões, com o decurso do tempo, e aprofundando o conhecimento dos componentes do corpo titular do Império, multiplicam-se os autores que o julgam capaz de, sem desdouro, ser comparado aos conjuntos semelhantes dos demais países do orbe, quantitativa e qualitativamente(8).

II

A muitos filhos de Pernambuco foram conferidos títulos nobiliárquicos(9), no regime monárquico, o que não é de surpreender, dada a posição da Província nordestina no panorama político-econômico brasileiro. Provinham, na generalidade, das famílias colonizadoras, que prosperaram com os engenhos de açúcar e se empenharam na luta pela restauração da terra, expulsando o holandês invasor e recebendo foros, ofícios e outras mercês régias.

Tais grupos familiares, intimamente entrelaçados pelo parentesco, sempre foram notados pelo luxo que amavam estadear em suas casas-grandes, irmanado no orgulho de sua prosápia fidalga, mesmo sem conseguir explicar, de maneira genealógica convincente, os elos de ligação aos aureolados cabeças de estirpe(10).

Do gentil-homem florentino Felipe Cavalcanti, genro de Jerônimo de Albuquerque, o Adão Pernambucano, originou-se uma das mais conhecidas e difundidas linhagens [no texto publicado: linguagens] da região, a que aglutinou os dois apelidos, ambos adjetivados por Borges da Fonseca como 'nobilíssimos'(11). Encontram-se referidos nos mais diversos setores dos fastos pátrios, ingressando até no folclore da região de sua fixação no Brasil, através do dito popular anatematizador dos vícios de alguns membros de prestigiosas casas patriarcais: 'não há Wanderley que não beba, Cavalcanti que não deva, Albuquerque que não minta e Souza Leão que não goste de negra'(12).

Galho notável da família considerada foi, sem dúvida alguma, o proveniente do Capitão-Mor Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, o Suassuna, e D. Maria Rita de Albuquerque Mello. Conhecido pela alcunha do chefe, decorrente de sua propriedade rural(13), esse ramo também se celebrizou pela extensão dos nomes(14), espanholismo abusivo de raiz muçulmana(15). Do casal de primos, segundo o hábito familiar dos matrimônios consanguíneos, nasceram nada menos do que quatro portadores de títulos imperiais – os Viscondes de Suassuna, Albuquerque e Camaragibe, e o Barão de Muribeca(16).

Entre os ilustres irmãos, todavia, sobressaiu, pela vigorosa atuação na vida pública nacional, o senhoril Senador e Conselheiro Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque (1797-1863), Visconde com grandeza de Albuquerque. Recebeu-se com D. Emília Amália de Albuquerque, havendo geração, na qual reviveria, em grau menor, seu título.

(8) Américo Jacobina Lacombe, Nobreza Brasileira, in Anuário do Museu Imperial, vol. I, pgs. 51 a 72, Petrópolis, 1940, scilicet a comparação numérica com a França (pg. 57, nota 4). Apreciações gerais em Carlos Xavier Paes Barreto, Genealogia Nordestina, in Revista das Academias de Letras, nº 49, pgs. 44 a 46, Rio, 1944, e Hélio Viana, Os Titulares do Império, in Revista do Instituto de Estudos Genealógicos, nº 3/4, pgs. 122 a 134, S. Paulo, 1938. Vale acentuar que a espalhafatosa atitude de Joaquim Gonçalves Lêdo, ao recusar o título que lhe foi oferecido, jamais chegou a regra, embora algo comum a polida rejeição da mercê, conforme exemplificamos em nosso Titulares, in A Gazeta, de Vitória (E. Santo), de 24 e 30-5-1950.

(9) Guilherme Martinez [Auler], Índice da Aristocracia Pernambucana, in Revista Genealógica Brasileira, nº 7, pgs. 37 e 38, S. Paulo, 1943.

(10) Borges da Fonseca, Nobiliarquia Pernambucana, vol. I, pg. 7, Rio, 1935, assevera: 'encontrei sujeitos dos mais nobres da terra que nem me sabiam dar notícia da naturalidade de seus avós'.

(11) Borges da Fonseca, op. cit., vol. II, 176 e 189. Ver Carlos Xavier Paes Barreto, A ascendência dos Albuquerques Brasileiros, in Revista das Academias de Letras, nº 50, pgs. 26 a 32, Rio, 1944.

(12) Carlos Xavier Paes Barreto, Fatos reais e lendários atribuídos à Família Barreto, in Revista das Academias de Letras, nº 45, pg. 10, Rio, 1943. Gilberto Freyre, Casa Grande & Senzala, 5ª ed., 1º vol., pg. 446, Rio, 1946, dá uma variante, que coloca os Carneiro da Cunha ao lado dos Souza Leão.

(13) É um dos exemplos de absorção do nome do senhor pelo da terra invocados por Gilberto Freyre, op. cit., 2º vol., pg. 722.

(14) Carlos Xavier Paes Barreto, Fatos reais ou lendários atribuídos à Família Barreto (cito na nota 12), pg. 18.

(15) Guerreiro Murta, Grandezas e misérias dos nomes das pessoas, in Boletim do Rotary Clube de Lisboa, nº 18 (nova série), pg. 13, Lisboa, 1950.

(16) Carlos Xavier Paes Barreto, A Família Cavalcanti no Brasil, in Revista Genealógica Latina, nº 4, pgs. 91 a 93, S. Paulo, 1952, e Orlando Marques de Albuquerque Cavalcanti, Notas sobre Titulares do Império, in Salvador de Moya, Anuário Genealógico Latino,

III

A 10 de agosto de 1840, na freguesia de São João Batista de Icaraí, da Cidade de Niterói, então Província do Rio de Janeiro, veio à luz Manuel Artur de Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, filho do futuro Visconde de Albuquerque e sua esposa. E a 21 de outubro do mesmo ano era batizado na competente Igreja Paroquial, pelo Vigário Tomaz de Aquino, sendo padrinhos seus tios paternos, depois Viscondes de Camaragibe, Dr. Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque e sua consorte D. Ana Teresa Corrêa de Araújo, representados por seus procuradores, respectivamente, Luiz de Holanda Cavalcanti e Henrique de Hollanda Cavalcanti de Albuquerque(17).

Manuel Artur seguiu, a exemplo do avô materno, os estudos jurídicos, foco ímpar de atração em meio à dominante e exagerada tendência pelas profissões liberais(18). Bacharelou-se pela tradicional Faculdade de Direito do Recife, colando grau a 24 de novembro de 1862, quatro meses e vinte dias justos antes da morte do Visconde de Albuquerque.



Aos trinta e dois anos de idade, elegeu-se Deputado Geral pelo 1º Distrito de Pernambuco, na 15ª Legislatura (1872-1875), sendo reconduzido no período imediato (1878) pela mesma Província(19) para cerrar-se, em definitivo, sua carreira política. Militou, pois, no lapso de ascendência do Partido Conservador abrangido pelos Gabinetes Rio Branco e Caxias, retirando-se com o advento da situação liberal, em 1878, quando Sinimbu assumiu a Presidência do Conselho. Sua passagem pela Câmara, ombreando com parlamentares de alto coturno, como seu parente o Visconde de Cavalcanti, foi, no entanto, obscura e sem relevo, embora então avultassem duas questões cruciais – a religiosa e a Argentina(20).

Estando no poder o Gabinete Paranaguá, liberal, Manuel Artur foi criado Barão de Albuquerque, por decreto de 7 de outubro de 1882, referendado pelo Conselheiro Pedro Leão Velloso(21), mas persistiu seu alheamento da vida pública.

A queda do Império não lhe abalou as convicções monárquicas e a fidelidade à Casa de Bragança. O Barão de Albuquerque alinhou-se entre o pequeno pugilo de brasileiros que assistiu a morte do Senhor D. Pedro II e, após o último cumprimento ao Magnânimo, beijou a mão da Princesa Imperial, como reconhecimento de seus direitos à Coroa(22).

Residindo em Paris, centro do mundanismo aristocrático, na Praça do Roule, próxima do Parque Monceau, o Barão de Albuquerque, com seus dotes inatos de homem de sociedade, integrou-se no grupo de L'Union Artistique, nos Campos Elíseos, denominado L'Epatant. Cioso de sua elegância, como seus pares, vestia-se em Londres, freguês que era do famoso Poole o alfaiate da moda, onde também se trajava, por sinal, Oscar Wilde. Tornou-se, enfim, um legítimo parisiense daquele grand monde esplendoroso do septenato Fallières, o Presidente satirizado como le gros bouchon – um parisiense da belle époque(23).

(17) Orlando Marques de Albuquerque Cavalcanti, Notas sobre o Barão de Albuquerque, in Anuário Genealógico Brasileiro, vol. IX, pgs. 125 e 126, S. Paulo, 1947 e Anuário Genealógico Latino, vol. 5 (citado na nota anterior), pgs. 249 e 250. Ai se encontra transcrito, na íntegra, o assentamento de batismo, bem como há preciosos dados biográficos do Barão, os quais aproveitamos, fartamente, no corpo deste artigo.

(18) Fernando de Azevedo, A Cultura Brasileira, tomo I, pgs. 339 e 340, Rio, 1943.

(19) Afonso de E. Taunay, A Câmara dos Deputados sob o Império, pgs. 73, 197 e 204, S. Paulo, 1950

(20) Joaquim Nabuco, Um Estadista do Império, 9ª ed., tomo 2º, pg. 183, S. Paulo, 1936.

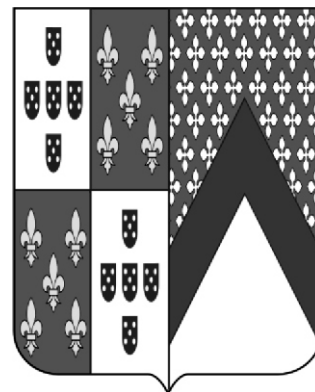
(21) Escragnolle Dória, Relação dos Baronatos, in Anuário do Museu Imperial, vol. VI, pg. 76, Petrópolis, 1945. Os Barões de Vasconcellos, Arquivo Nobiliárquico Brasileiro, pg. 32, Lausanne, 1918, consignam 28 de setembro de 1882, como data da titulação, seguindo-os Salvador de Moya, Anuário Genealógico Brasileiro, vol. I, pg. 35, S. Paulo, 1939.

(22) Le Jour, de Paris, de 6-12-1891, transcrito por Manoel A. Velho da Motta Maia, O Conde Motta Maia, pgs. 327, Rio, 1937.

(23) Um quadro primoroso da época e do meio em causa está em Jacques Chasteney, La Belle Époque, passim, scilicet pgs. 9 a 30, Paris, 1951.

Às vésperas da 1ª Grande Guerra, catástrofe que marcaria o epílogo de tal época, o Barão de Albuquerque faleceu, em sua querida Paris, a 3 de março de 1914(24), solteiro e sem descendência. Foi sepultado no Cemitério de Père Lachaise, havendo sido celebrada missa de corpo presente na Capela dos Nobres, de Saint-Pierre-de-Chaillet.

Era o Barão, ademais, Moço Fidalgo com exercício na Casa Imperial, Cavaleiro da Real Ordem de Nossa Senhora da Conceição da Villa Viçosa, de Portugal e Cavaleiro da Legião de Honra, da França. Usava, coroada por um tortil, as armas paternas: 'Escudo partido em pala; na primeira pala as armas dos Albuquerque, que são: esartejadas; [no primeiro quartel, as armas inteiras de] Portugal; no segundo cinco flores de lis de ouro; em campo vermelho, e assim os contrários; na segunda pala, as armas dos Cavalcantis que são: de vermelho e de prata, divididos [divididos] estes esmaltes (sic) por uma asna de azul coticada de sable; a parte de baixo é de prata e a de cima de vermelho, semeadas de flores de prata, de quatro folhas'(25).



(24) Laurênio Lago, Acréscimos e Retificações ao 'Arquivo Nobiliárquico', in Arte e Literatura, suplemento da Tribuna de Petrópolis, janeiro de 1951.

(25) Barões de Vasconcellos, op. cit., pgs. 32, 549 e 550, e Salvador de Moya, Anuário Genealógico Brasileiro, vol. II, pg. 22, S. Paulo, 1940. Ver, também, Paulo Eleotério Cavalcanti de Albuquerque, As armas da Família Cavalcanti de Albuquerque, in Revista do Instituto de Estudos Genealógicos, nº 6, pgs. 302 e 304, S. Paulo, 1939.

NOMES PRÓPRIOS

Existem pérolas como Esparadrapo Clemente de Sá

Com esses título e subtítulo, o poeta Geraldo Carneiro, membro da Academia Brasileira de Letras publicou no suplemento Ela Revista de O Globo, em 10/09/2017 a crônica abaixo transcrita.

Sempre fui fascinado por nomes. Quando era criança, me lembro que os jornais e revistas volta e meia publicavam listas de nomes incomuns. E sempre constavam Um Dois Três de Oliveira Quatro, Rolando Escadabaixo de Andrade e Restos Mortais de Catarina, entre outros nomes, próprios ou impróprios.

Outro dia procurei na internet a lista do TSE e descobri outras pérolas, como Deusa do Amor Divino Tortieri, Danúbio Tarada Duarte, Esparadrapo Clemente de Sá, Felicidade do Lar Brasileiro, Faraó do Egito Souza, Fraternidade Nova York Rocha, Frankstein Júnior, Gêngis Khan Camargo e Graciosa Rodela.

Mas a capacidade de criar nomes não parou por aí. Na lista há outros eleitores também notáveis, como a Sra. Talvez Aberta Demais de Oliveira, o Sr. Ácido Acético Etilico da Silva, o Dr. Alfredo Prazeroso Texugueiro, Dr. Antônio Morrendo das Dores, Dona Defuntina de Souza Cruz, Dr. Himineu Casamentício das Dores Conjugais e a Dona Ambrísia Estilingue Morretes.

O curioso é que esses nomes raros surgem às vezes por acaso. Como muita gente sabe, meu amigo Millôr Fernandes foi batizado Milton Viola Fernandes. Só que o escrivão do Méier, por criatividade ou analfabetismo, deixou de grafar o tracinho horizontal da letra "t", e, como se não bastasse, sapecou um circunflexo no "o". Assim, o Milton virou Millôr. Só aos 16 anos Millôr descobriu sua nova velha identidade. Ficou felicíssimo.

Já a avó materna de minha musa e patroa chamava-se Violina — pelo menos até ser matriculada na escola e ouvir pela primeira vez a lista de chamada, quando descobriu que se chamava Deolinda. É que seu pai era português e, ao pronunciar o nome da filha no cartório, o escrivão confundiu alhos com bugalhos.

Há experiências ainda mais triviais. Meu filho mais velho, Joaquim Pedro, nasceu três dias depois de Alexandre, primogênito de Egberto Gismonti, meu parceiro de canções, em 1981. Fomos juntos batizá-los no <SW,26> cartório da Rua Djalma Ulrich, em Copacabana. Lá chegando, encontramos um admirador de música, que ficou feliz ao deparar conosco. Combinamos que cada um de nós seria testemunha no registro dos filhos dos outros. Para adiantar a burocracia, perguntei ao colega: “Qual é o nome do seu filho?” E ele me respondeu: “Raôni”, com acento no o.” Com muito jeito, procurei esclarecer que havia um cacique indígena chamado Raoni, com acento no i. Mas o colega insistiu: “O meu é Raôni, com acento no o.”

Só então percebi que, em matéria de nomes, não há o que discutir: o que manda é a convicção dos pais. Se a cidadã ou cidadão quiser batizar o filho com outros nomes que constam da lista do TSE, como Colapso Cardíaco da Silva ou Maria Regina do Pinto Magro, tudo bem, tem todo o direito. Mas pode ter certeza de que vai fazer a festa dos cronistas do futuro.

<https://oglobo.globo.com/ela/gente/nomes-proprios-21797530>

Miguel e Alice foram os nomes mais registrados no país em 2017

Com base em Débora Brito, Repórter da Agência Brasil

Miguel foi o nome masculino mais registrado nos cartórios de todo o país em 2017, segundo levantamento da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen-BR). De janeiro a 10 de dezembro, os pais de quase 26 mil recém-nascidos escolheram o nome bíblico e de origem hebraica para os seus bebês.

Os nomes de Arthur (21.161 registros) e Davi (15.372) aparecem em segundo e terceiro lugar entre os mais escolhidos este ano. Para as mulheres, os três nomes que lideram o ranking dos registros de nascimento são Alice (18.508), Valentina (13.193) e Helena (12.615).

Considerando os nomes compostos, os primeiros nomes mais escolhidos foram Maria (80.192) e João (44.450). Segundo a associação, Maria tem 885 variações de registro, com destaque para Maria Eduarda. O nome João aparece com 154 variações, com João Miguel sendo a principal.

A pesquisa mostra ainda que Enzo, com ou sem variações, está entre os nomes considerados “da moda” para os meninos, enquanto alguns caíram em desuso, como Liliana, Sônia e Régis. Os nomes identificados como os mais diferentes foram Riquelmi, Moa, Darcksson, Ambar, Iasã, Zeonilde, Dã, Steice e Donald.

Os 10 nomes mais frequentes de meninos:

1. Miguel
2. Arthur
3. Davi
4. Heitor
5. Gabriel
6. Bernardo
7. Lorenzo
8. Enzo Gabriel
9. Pedro Henrique
10. Pedro

Os 10 nomes mais frequentes de meninas:

1. Alice
2. Valentina
3. Helena
4. Laura
5. Sophia
6. Maria Eduarda
7. Lorena
8. Julia
9. Heloisa
10. Livia

A pesquisa foi baseada em informações enviadas à Arpen-BR pelos estados: Acre, Alagoas, Amapá, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e São Paulo, somando quase 1,5 milhão de registros. Segundo a Arpen, os demais estados ainda estão adequando o sistema de informação.

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-12/>

Os nomes criativos registrados em cartórios do Rio

Ainda sobre este tema vale transcrever a nota, com o título acima, publicada pela jornalista Cleo Guimarães na coluna Gente Boa, de O GLOBO, em 07/05/2017:

Andam criativos (e chegados a um nome composto) os pais de crianças nascidas no Rio nos 15 primeiros dias de abril. Neste período foram registradas nos cartórios da cidade os seguintes bebês, só para citar alguns: Anakin Roberto (sim, Anakin como o Darth Vader), Esayane Victoria, Veilon Max, Wiven Pietro, Windrerlyne Vitória e Wirlã Kevin.

<http://blogs.oglobo.globo.com/gente-boa/post/os-nomes-criativos-registrados-em-cartorios>

Os nomes mais populares para recém-nascidos em Portugal

O jornal Diário de Notícias de Lisboa publicou a relação dos nomes mais usados para as raparigas e os rapazes recém-nascidos em Portugal nos últimos seis anos. A tabela abaixo apresenta os três nomes mais populares em cada ano. Note-se que, entre as raparigas, o nome mais usado, em todos os anos, em número bem superior aos demais, é Maria. A seguir vêm Matilde e Leonor, notando-se que o primeiro deles foi o preferido de 2012 a 2015, e o segundo nos dois últimos anos. Já para os rapazes a variação é maior, e não há a preponderância de nenhum nome, como entre as raparigas: João, Rodrigo, Francisco, Martim e Santiago se alternam nas três primeiras posições

2017		2016		2015		2014		2013		2012	
RAPARIGAS											
Maria	5580	Maria	5640	Maria	5324	Maria	4809	Maria	4638	Maria	4939
Leonor	1623	Leonor	1835	Leonor	1999	Leonor	2062	Leonor	1997	Leonor	2393
Matilde	1610	Matilde	1783	Matilde	1889	Matilde	1859	Matilde	1886	Matilde	2297
RAPAZES											
Santiago	1869	Santiago	2084	João	1932	João	1809	João	1934	Rodrigo	2216
Francisco	1742	João	1773	Martim	1778	Rodrigo	1783	Rodrigo	1897	Martim	2157
João	1670	Francisco	1687	Rodrigo	1666	Francisco	1718	Martim	1758	João	2149

Para 2016 tem-se também a informação sobre as sete posições subsequentes: Beatriz, 1229; Carolina, 1108; Marianas, 999, Ana, 981; Sofia, 952, Francisca, 893 e Inês com 848, para as meninas. E para os meninos, Afonso, 1448; Rodrigo, 1393; Martim, 1308, Tomás, 1233; Duarte, 1196; Miguel, 1165 e Gabriel, com 1152 registros.

<https://www.dn.pt/portugal/interior/ja-sao-conhecidos-os-nomes-mais-populares-de-2017-em-portugal-9012475.html> e <https://www.dn.pt/sociedade/interior/santiago-venceu-joao-e-maria-mantem-se-no-top-5584628.html>.

DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS DA CÂMARA DE PIRACICABA

Para que a Câmara de Vereadores de Piracicaba, em São Paulo, se adequasse à lei de acesso à informação, disponibilizando todos os seus documentos para consulta pública, ela iniciou desde meados do ano passado, a catalogação, classificação e higienização das leis que compõem o seu acervo. A jornalista Por Samantha Silva, escreveu para o G1 Piracicaba e Região, artigo sobre o assunto, aqui resumido.

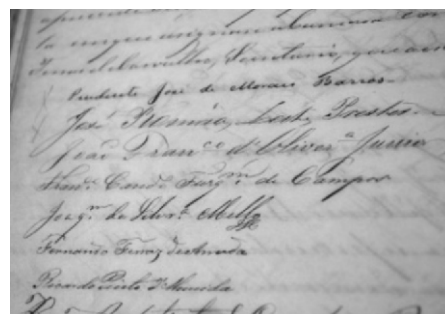


Dentre os documentos recuperados está o mais antigo de todos, datado de 1784, que conta um detalhe importante da história do município. Trata-se da autorização para que a vila que ficava na margem esquerda do Rio Piracicaba, onde hoje está o bairro Vila Rezende, fosse transferida para a margem direita, com o objetivo de melhorar seu traçado urbano. O documento do governo da época autorizando essa transferência é o mais antigo que se tem na cidade.

Existem diversos documentos que hoje trazem curiosidade, mas que indicam a necessidade que havia na época de se adaptar a população que vinha de áreas rurais, aos hábitos urbanos. Dentre elas leis do final do século XIX e do início do XX, como a que proibia

que, pelas janelas, se jogassem objetos na rua; a que pedia para não se amarrar bode na porta da igreja; para não deixar porco solto ou cães vagando pelas ruas; a que obrigou que as janelas ficassem dois metros acima do nível da rua e fossem amarradas, evitando que, quando abertas, batassem nas pessoas que passavam na rua; a que obrigou a população a se vacinar e autorizava o comissário vacinador a entrar nas casas vacinar todos os seus ocupantes.

As atas mostram ainda a primeira assinatura de Prudente José de Moraes Barros como presidente da Câmara de Piracicaba. Em 1877, como vereador, ele foi o autor da Lei que deu à cidade o nome de Piracicaba, em lugar do nome anterior que era Vila Nova da Constituição. Prudente José de Moraes Barros em foi governador de São Paulo (1890-1891) e o primeiro presidente civil do Brasil (1894-1898).



Durante o processo de digitalização muitas palavras atualmente em desuso estão sido encontradas, o que incentivou à Câmara a elaborar um pequeno dicionário do português da época. Dentre estes termos estão: acendrado (afinado); aluindo (fazendo vacilar/abalando); lançadoria (emissor de impostos) e pugilo (punhado). Há também curiosidade em relação aos nomes dos vereadores, sendo que Militão, por exemplo, que hoje é um raro, chegou a ser o de dois vereadores na mesma legislatura.

<https://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/de-aluindo-a-conspicuo-digitalizacao-de-documentos-da-camara-de-piracicaba-revela-terminos-do-portugues-que-cairam-em-desuso.ghtml>

REMETENTE



COLÉGIO BRASILEIRO DE GENEALOGIA
www.cbg.org.br

EXPEDIENTE

Boletim Informativo
COLÉGIO BRASILEIRO DE GENEALOGIA

Av. Augusto Severo, 8 - 12º andar - Glória
20021-040 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 2509 5381

Diretoria: Presidente Fernando Antonio Ielpo Jannuzzi Junior
Vice-Presidente Roberto Guião de Souza Lima
1º Secretário Victorino Coutinho Chermont de Miranda
2º Secretário Guilherme Serra Alves Pereira
1º Tesoureira Maria Lucia Machens
2º Tesoureiro Attila Augusto Cruz Machado
Dir. Publicações Marcio Miller Santos
Conselho Fiscal: Gustavo Almeida Magalhães de Lemos
Luiz Alberto da Costa Fernandes
Nelson Vieira Pamplona

Horário de funcionamento: 3ª-feira de 14 às 17 horas

Página: www.cbg.org.br

Email: cbg@cbg.org.br

Diagramação: Escale Serviços de Informática

Impressão: Letras e Versos

DESTINATÁRIO

IMPRESSO